

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.032 - PR (2019/0202447-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
**AGRAVADO** : VALMIR DE VARGAS  
**AGRAVADO** : EVANI GORETE JORA DE MORAES DE VARGAS  
**ADVOGADO** : MARLENE RAK E OUTRO(S) - PR059827

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pelo **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 258):

*ADMINISTRATIVO. IMÓVEL REFORMA AGRÁRIA. EXPEDIÇÃO DE TÍTULO DE DOMÍNIO. REQUISITOS DEMONSTRADOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.*

- 1. Os autores não podem ser prejudicados pela inércia da autarquia ré, pois eles cumpriram os requisitos necessários para a expedição do título de domínio.*
- 2. Afastado o dano moral postulado, a sucumbência é recíproca e as verbas honorárias devem ser compensadas, conforme dispunha o art. 21 do CPC/73, vigente à época da prolação da sentença.*
- 3. Manutenção da sentença.*

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente providos, apenas para fins de prequestionamento (fls. 300/310).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 535 do CPC/1973; 1.022 do CPC/2015; 17 da Lei 8.629/1993; 476 e 481 do Código Civil; e 7º, § 2º, do Decreto-Lei 271/1967. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; e (II) "*não há como efetivar o contrato de compra e venda do domínio sem prévia fixação do preço a ser pago*" (fl. 320).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

De início, mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos arts. 535 do CPC/1973; 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. Nesse mesmo sentido são os seguintes precedentes: **AgRg no REsp 1.084.998/SC**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/3/2010; **AgRg no REsp 702.802/SP**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma DJe 19/11/2009, e **REsp 972.559/RS**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 9/3/2009.

Ademais, a matéria pertinente ao art. 481 do Código Civil não foi apreciada pela instância judicante de origem, tampouco constou dos embargos declaratórios opostos para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 356/STF.

Do mesmo modo, o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a matéria versada no art. 476 do Código Civil, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, pois, incide o óbice da Súmula 211/STJ (*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo"*).

Por sua vez, quanto à questão de fundo, verifica-se que a Corte recorrida manteve a sentença, que assim dispôs (fl. 264):

*Com o escopo de evitar prejuízos à parte autora **diante da inércia da autarquia ré**, considerando a possibilidade do título de domínio (titulação) conter cláusulas resolutivas, nos termos do art. 18, §3º, da Lei nº 8.629/93, deverá o referido título ser expedido independente da fixação do valor. Após a efetiva regulamentação, poderá o INCRA, em seu interesse, exigir o pagamento dos valores necessários à aquisição do imóvel.*

Nesse contexto, o Tribunal assentou, após análise dos elementos que instruem o caderno processual, que *"estão presentes os requisitos necessários a amparar a pretensão principal dos autores"* (fl. 266).

Desse modo, é certo que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de

origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, no sentido de asseverar a impossibilidade de expedição do título na espécie, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**